

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 16/02/2016 - Edição 1448

Vigilantes se mobilizam junto ao Congresso Nacional por piso salarial de R\$ 3 mil

Iniciados os trabalhos do Congresso Nacional em 2016, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) quer retomar no Congresso Nacional o debate sobre uma das principais pautas da categoria: a aprovação do Piso Nacional dos Vigilantes de R\$ 3 mil.

De acordo com o presidente da entidade, José Boaventura, a ideia é trabalhar a pauta em duas frentes distintas, uma vez que o projeto ficou fora da discussão do Estatuto Nacional da Segurança Privada, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ele afirma que a confederação pretende mobilizar mais de três milhões de trabalhadores que atuam legalmente no ramo de vigilância.

No ano passado, o debate foi feito junto ao do Estatuto, mas, por falta de acordo, acabou retirado da pauta. "O cenário para este ano é bastante adverso e precisamos de mobilização ainda maior da categoria", argumenta.

"Sem dúvida alguma precisamos fazer a luta política e nunca fugimos desse

compromisso", completou Boaventura.

De acordo com o dirigente, o primeiro passo é conseguir as apresentações de projetos de lei no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Para isso, a categoria pretende convocar dois nomes de peso dentro das duas Casas.

Nesta terça-feira (16), o deputado Chico Vigilante encontrará o senador Paulo Paim (RS) e apresentará a ele a minuta do projeto, uma vez que ele se

comprometeu em defesa da causa dos vigilantes.

Já na Câmara, a minuta será apresentada a alguns deputados, que também se comprometeram em levantar a discussão.

"Para que saíamos vitoriosos neste debate, o mais importante é a união dos trabalhadores pelo direito comum da categoria", afirmou Vigilante, que integra a diretoria da CNTV.

Fonte: Assessoria Chico Vigilante

VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT
BRASIL

Sindivigilantes do Sul arranca compromisso de pagamento da Oriental/Daer



Vigilantes saíram às ruas para denunciar o atraso no pagamento dos salários e empresa se compromete a regularizar os débitos

Durante toda a manhã desta segunda-feira (15), o Sindivigilantes do Sul realizou manifestação na frente do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), na Avenida Praia de Belas, na capital. Foi um protesto pelo atraso do salário de fevereiro aos trabalhadores da empresa Oriental Vigilância, num total de cerca de 30 vigilantes. No início da tarde, após duas reuniões de negociação, a empresa assumiu o compromisso de normalizar o pagamento ainda hoje.

A movimentação na frente do Daer começou logo cedo, por volta de 7h, com a presença de vários diretores do Sindivigilantes do Sul, que denunciaram pelo

carro de som, aos servidores e transeuntes da avenida, o que estava acontecendo. O protesto também teve a participação e o apoio do presidente e do vice-presidente do sindicato da categoria em São Leopoldo, Moisés Francisco e Renato Cadaval.

Numa primeira reunião, o gestor do contrato, do Departamento Administrativo do Daer, disse que não haveria pagamento e que também não tinha previsão de quando isso aconteceria. O sindicato respondeu que não arredaria pé da frente da empresa e fecharia a avenida, se fosse preciso, enquanto não houvesse uma garantia de que os trabalhadores

teriam o seu dinheiro em mãos imediatamente.

Já perto do meio-dia, em nova reunião, a empresa informou que o Daer estava depositando a fatura do mês e, com isso, o pagamento dos trabalhadores deve ocorrer até o final da tarde. O sindicato permanece de prontidão, para retomar a manifestação, caso seja necessário, e também atento a outros casos de atrasos e desrespeito aos direitos dos vigilantes.

NÃO ESQUEÇA: 4ª FEIRA TEM ASSEMBLEIA, NO SINDIPOLO, ÀS 8h E ÀS 19h30 (Avenida Júlio de Castilhos, 596/8º andar)

Fonte: Sindivigilantes do Sul

MPs podem trancar pauta do Congresso e afastar projeto privatista



As estripulias da oposição ao governo Dilma no Congresso podem se virar contra a própria oposição amanhã, dia 16, frustrando a previsão de que o PLS 555 - que pretende abrir caminho para privatização de todas as empresas públicas – fosse votado no plenário do Senado.

Por conta das manobras para evitar a votação de projetos de interesse do governo, ano passado, acumulou-se uma fila de MPs (medidas provisórias) no Congresso. São 21, até o momento. Existe a expectativa de que ao menos uma delas seja lida na casa, o que provocará necessariamente, segundo o

rito legislativo, trancamento da pauta. Isso quer dizer que nenhum outro projeto poderá ser discutido e votado antes de a MP tramitar.

Segundo avaliação do gabinete da liderança do PT no Senado, a recusa da oposição em aprovar decretos-leis encaminhados pelo governo levaram a administração federal a substituí-los por medidas provisórias. Se a fila andar a partir de amanhã, é possível que projetos como o PLS 555 fiquem parados por tempo indeterminado.

Se isso ocorrer, haverá tempo de aperfeiçoar as mobilizações que pretendem impedir a

votação de pautas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Atenção continua a mesma

De qualquer maneira, o movimento sindical, representado principalmente pela CUT, CTB e Conlutas, está preparado para mais uma rodada de mobilização contra o PLS 555. Na tática elaborada para amanhã, está prevista a apresentação de um substitutivo ao projeto, na tentativa de alcançar um acordo entre as lideranças partidárias para retardar a votação e ampliar a pressão pela derrubada da proposta.

Além disso, convocados por entidades sindicais que representam os trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais, grupos de militantes estão prontos para acompanhar a votação no plenário do Senado, caso aconteça.

“Esse projeto é muito perigoso, porque pretende alterar de maneira profunda o estatuto das estatais, abrindo caminho para a privatização, sem que nenhum debate público tenha sido feito”, comenta Graça Costa, secretária nacional de Relações de Trabalho da CUT, que está em Brasília para participar das mobilizações contra o 555.

Esse projeto foi elaborado por uma comissão mista especial que teve duração de apenas dois meses, com participação de cinco parlamentares, todos do PSDB e do Solidariedade. Tasso Jereissati e Aécio Neves estão entre os idealizadores da proposta privatista.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF